

TENSIONANDO A “TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA”, DE
ZOLTÁN BOLDIZSÁR SIMON

Itamar Freitas

DED/ProfHistória/UFS

E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com

Resenha do livro

SIMON, Zoltán Boldizsár. **Os teóricos da História têm uma teoria da história?** Reflexões sobre uma não-disciplina. Vitória: Milfontes, 2019. Tradução de Arthur Lima de Avila.



“Os teóricos da História têm uma Teoria da História?” Esse título é intrigante, paradoxal e, ao mesmo tempo, autoexplicável. Sua resposta é fornecida ensaisticamente por Zoltán Boldizsár Simon, historiador nascido na Hungria e atuante na Universidade de Bielefeld (Alemanha). O texto foi publicado, inicialmente, na revista *História da Historiografia*, no mesmo ano, tornado livro pela Editora Milfontes. Com as apresentações de Bruno César Nascimento, editor, e de Luisa Rauter Pereira, coordenadora da “Coleção Fronteiras da Teoria”, percebemos que as dimensões, o caráter sintético da escritura e o contexto de lançamento estão plenamente adequados. Nascimento e Pereira querem textos inéditos em língua portuguesa, manuseáveis em salas universitárias. Textos que mobilizem a reflexão acerca do valor de determinados domínios acadêmicos sobre si mesmos e como instrumentos de interpretação de desafios globais impostos ao tempo presente – a exemplo dos conflitos por identidade étnica e de gênero e as ameaças do aquecimento global.

Considerando a interrogação quase kamikaze, o ensaio foi excelente escolha para a abertura e lançamento da referida coleção. Entretanto, considerando a repercussão por escrito em mais de 200 revistas brasileiras de História e, até no Google Acadêmico, a resposta dos nacionais à provocação do professor húngaro praticamente inexistente, apesar dos 300 downloads do artigo na História da Historiografia. Ainda assim, o autor conseguiu a atenção de Arthur Ávila, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que mostrou desconforto com a definição simoniana de Teoria da história como aquilo “que hoje fazemos dela”: se Teoria da História é “o que dela fazemos”, continua Ávila, “qual seria o sentido em se chegar a uma definição universalmente válida dela? [...] Finalmente, para nós, que estamos no Sul global, este gesto mesmo que importante e defensável, não repetiria aquela velha divisão do trabalho intelectual que coloca o Norte como produtor de teorias, seja sobre o que for, e o meridiano do mundo como mero aplicador ou reproduzidor de teorias [...] ?” (p.9). Tradutor e apresentador do ensaio, Ávila, porém, faz uma ponderação. Afirma que a maior contribuição da obra estaria no próprio questionamento e não, necessariamente, nas respostas ao problema. Penso que o contrário pode também ser verdadeiro, se levarmos em conta o contexto de produção da obra e o que ela oferece, implicitamente, à formação dos graduandos em História no Brasil.

A resposta à questão-chave é mediada, inicialmente, por duas maneiras de realizar o campo. No primeiro parágrafo, Simon define “Teoria e Filosofia da História” pelo exemplo, ou seja, a partir da prática dos historiadores – as habilidades, conhecimentos e valores mobilizados para resolver uma questão. Até aí, nada de novo. Tomando humanos como seres que pensam, agem e sentem,

fazer Teoria e Filosofia da História, obrigatoriamente, envolveria pensar, saber e atribuir valor às coisas que mediarão o seu ofício: interrogar-se sobre o mundo, selecionar fontes, criticar fontes, submeter os resultados da análise de fontes a categorias explicativas, esboçar um plano e comunicar os resultados em uma narrativa, em síntese: teoria é um conjunto de proposições ordenadas para resolver questões de pesquisa, comunicando conexões entre propósitos, objetos e métodos. A novidade de Simon está na substância dos objetos exemplificados como passíveis de compreensão e representação. Ele se refere, é claro, a questões sobre o processo histórico, epistemologia e narrativa, mas os problemas dominantes são: o “Antropoceno”, o “futuro pós-humano”, “gênero”, “memória e trauma”, “história global”, “história ambiental” e “história dos conceitos”. Seus objetos são, portanto, novos temporalmente, ou seja, reivindicações que emergem, sobretudo, no século XXI.

Depois de induzir a pessoa que lê a se reconhecer como “alguém engajada com o que é comumente chamado de teoria histórica [...] ou teoria da história [...] ou filosofia da história [...] ou teoria e filosofia da história” (p. 12), Simon define “teoria e filosofia da história” por sua institucionalidade – um “campo de estudos” – e utilidade na vida prática – ferramenta para a compreensão das recentes formas com as quais os humanos do século XXI relacionam-se com o tempo e no tempo.

O terceiro movimento de Simon é reivindicar maior espaço (ou um espaço) para esse campo de estudos na Universidade, isto é, justificar, implicitamente, a criação de empregos e financiamentos de pesquisa para especialistas desse campo de estudos. Esse é um problema do velho mundo. Professores brasileiros, formadores de História, sabem do prestígio que goza a disciplina “Teoria da História” nas licenciaturas e bacharelados, desde que os cursos de História e Geografia foram autonomizados em 1955. Falta pesquisa sobre o tema, mas posso conjecturar que, na primeira década do século XXI, os departamentos de Filosofia tenham deixado de vez a preocupação com as filosofias críticas, e os departamentos de História tenham feito o mesmo com as filosofias especulativas da história. No contexto descrito por Simon, a existência de quatro revistas especializadas (uma brasileira, inclusive), seminários e grupos de pesquisa (na Holanda, Inglaterra, Argentina e Alemanha) e a instituição de uma rede internacional de Teoria da História seriam condição suficiente para se afirmar que já existe um campo de estudos nomeável como “Teoria e Filosofia da História”. Ele não define campo. Mas o leitor deve ficar alerta: se interpretar o termo nos quadros de P. Bourdieu, a “Teoria e Filosofia da História” não pode ser caracterizada como tal.

O quarto e último movimento de Simon é justificar a combinação de questões sobre processo histórico e questões sobre o conhecimento histórico – respectivas preocupações da filosofia especulativa da história e da filosofia crítica da história. Ambos são objetos realizadores de teoria, embora as ações de cada uma das teorias realizadas sejam limitadas em relação à Ciência da História. À primeira teoria (sobre o processo) ele nomeia “teoria sobre a história”; e à segunda (sobre o conhecimento) ele designa “teoria da história”. A primeira teoria – “interna” à ciência da história – realiza-se como “método” ou “abordagem” e tem poder limitado à demanda de um historiador ou de um grupo. A estratégia de comparar fenômenos de modo sistemático, por exemplo, serve apenas à resolução de determinado problema de pesquisa – não é seguido como regra geral para a ciência da História. A segunda teoria – externa à ciência da História – realiza-se como proposição sobre a relação passado/presente/futuro e pode, inclusive, modificar o status da ciência da História ou marcar apenas a prática de um historiador ou de um grupo. A dialética de G. F. Hegel, por exemplo, tanto explica a dinâmica da humanidade entre os séculos I e XIX, como pode somente viabilizar a denúncia de F. Fanon sobre os males do colonialismo na África na primeira metade do século XX.

Esses exemplos são meus. Uso para fazer uma aproximação didática ao tema. O segundo, o de Hegel, penso que Simon nunca os aprovaria porque, ao usar o filósofo alemão, validei a velha concepção de ciência da História (na “concepção moderna”) que entende o historiador como capaz de compreender um novo fenômeno, relacionando-o ao passado (domando-o). Os exemplos substantivos de Simon, principalmente os que estão na sua tese de doutorado, estão circunscritos aos últimos cinquenta anos, quando, para muitos sujeitos, instaurou-se a dissociação entre o seu presente e um passado, onde o sujeito do futuro não tem relação de continuidade com o sujeito do presente. Surpreendentemente, neste ensaio, ele ainda emprega velhas histórias para exemplificar as relações entre as teorias da e as teorias sobre a história: “se você escolhe escrever uma micro-história”, afirma o autor, “isto não implica que toda a disciplina deva se transformar em micro-história [...] Se você opta por escrever uma história global, isto não significa que todos os seus e suas colegas deveriam lhe seguir e escrever somente histórias globais daqui para frente, a despeito de todas as aparências.” (p. 15).

Sua proposta, como vemos, não é excluir a teoria sobre a história e sim suplementá-la. Mas para que serve suplementá-las? Simon explica: “teorias da história podem, em princípio, trabalhar em conjunto com os estudos históricos [teorias sobre a história] no desenvolvimento de modos de compreensão da condição histórica de nós mesmos e do mundo.” (p. 16). As teorias sobre a

história passíveis de “suplementação”, contudo, não podem ser as mesmas dos séculos XVIII e XIX, ou seja, não podem ser aquelas proposições sobre a relação passado/presente/futuro, fundadas em “teleologia” ou “temporalidade linear”. Essas teorias sobre a história a serem suplementadas são exemplificadas por Simon com a “universalidade de todos os atos de fala”, de J. L. Austin que, “a despeito de limites temporais e espaciais”, foi transformada em “um método para a história das ideias”, por Q. Skinner. (p. 18).

Com base nesse arrazoado, reconhecemos que a filosofia da história aproveitável não é a filosofia especulativa a respeito da qual fomos, predominantemente, adestrados a repelir, nos cursos de graduação, sobretudo após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Esse fator põe a solução de Simon a certa distância da solução de H. Paul (citado na obra) e é um dado importante para compreender o seu discurso sobre o “campo” e a disciplina acadêmica de formação básica. A modificação do conteúdo substantivo da filosofia da história, contudo, não faz de Simon um teórico distante da proposta conciliadora de Paul, para quem o trabalho do historiador do século XXI ainda exige reflexões metafísicas (ideia de vida, de tempo, por exemplo), além das reflexões metodológicas (o trato com as fontes e as formas narrativas). A própria função da “teoria e filosofia da história” reservada aos departamentos de História o denuncia – desenvolver “modos de compreensão da condição histórica de nós mesmos e do mundo” (p. 16) – assim como o denuncia também a cessão da sua própria teoria da “mudança sem precedentes” (p. 17-18), produzida como tese de doutorado, como exemplar de teoria adequada à compreensão das “sensibilidades” históricas do início do século XXI.

Finalmente, a resposta à questão central: “Os teóricos da História têm uma Teoria da História?” Para Simon, todos os historiadores “têm que se comprometer” com uma teoria da história, seja ela uma teoria interna (um método aplicado à resolução de determinado problema de pesquisa), seja ela uma teoria externa (uma interpretação/especulação sobre o processo histórico). A principal proposição de Simon, entretanto, está subentendida no parágrafo final. Teorias da história devem ser úteis à compreensão dos problemas do nosso tempo – aqueles que listamos no início desta resenha. Assim, teóricos da história (todos os que refletem sobre) não devem sucumbir às ilogicidades dos narrativistas ou pós-modernos que agem como H. White e A. Munslow. Eles devem trocar ideias, combinar ideias, transformar ideias e aplicar ideias que viabilizem certa compreensão das estranhas formas com as quais os humanos se relacionam com o tempo, no século XXI. Historiadores devem fazer teoria (teorizar). Penso que é nesse sentido construtivista que Simon usa a proposição “teoria e filosofia da história [...] é o que

fazemos dela” e não no sentido imperialista, implicitamente, sugerido pelo tradutor e apresentador Ávila.

Com essa resposta, a obra cumpre os objetivos propostos e pode contribuir bastante com a formação de noviços na área. Como formador de professores, penso que as ideias de “Teórico da história” e de “fazer” teoria da história são virtuosas. “Teórica ou teórico da história” seriam os intelectuais que se engajam em discussões sobre teoria e filosofia da história, isto é, os que leem revistas de teoria e se envolvem em eventos de teoria e estabelecem trocas de “ideias de história”. Fazer teoria é, então, conhecer, modificar e empregar ideias na resolução de problemas do nosso presente. Não é necessário que o noviço construa um sistema explicativo sobre a relação passado/presente/futuro, como F. Hartog, que proponha princípios de comparação, como J. Kocka, ou elabore uma matriz que incorpora tipologias sobre a relação passado/presente/futuro e metodologia da história, como J. Rüsen. Essas definições de Simon desmitificam a figura do teórico da história, professor de teoria da história e relativiza a centralidade da disciplina Teoria da História, arrogantemente reivindicada e, passivamente, aceita por muitos preletores nos cursos de graduação.

Os mesmos noviços, contudo, devem considerar as limitações do ensaio no que diz respeito à contextualização da natureza e do status da teoria e filosofia da história no ambiente europeu. Lido apenas com as informações contidas no texto, a descrição de Simon pode dar a impressão de que não só o problema do “Antropoceno” ou do “pós-humano” são especificidades do século XXI, mas também o seriam: o desprezo pelo campo como instituição universitária – uma peça no currículo, com horário, responsável e instrumentos de avaliação específicos – e as disputas por objetos, rótulos e cadeiras entre filosofia especulativa, filosofia crítica e teoria da história. Usando as estratégias da antiga ideia de Ciência Histórica – que já não mais serve, segundo Simon, para interpretar muitos fenômenos gerais do século XXI –, alerto aos alunos para os malefícios de desistoricizar essas questões e de compreendê-las como fenômenos de “mudanças sem precedentes”. Nesse caso, faz sentido “domar” a novidade da crise teórica da ciência da História discutida por Simon e ler o seu ensaio acompanhado de um bom manual de história da historiografia que retroceda, no mínimo, ao século XIX.